



Os desafios trazidos pelo ingresso de estudantes negros e pobres nas Universidades: quais políticas públicas devemos exigir?

Lucília Laura Pinheiro Lopes, prof^a de filosofia/11

*“Nos últimos anos, as iniciativas de promoção de acesso ao Ensino Superior vêm se destacando como palco de expressivos avanços no que se refere a iniciativas de combate às desigualdades raciais e à ampliação de oportunidades sociais.”
(Jaccoud, in THEODORO, 2008)*

Entendemos essa afirmação necessária para direcionar e estabelecer políticas públicas de superação as desigualdades raciais existentes no Brasil, pois o acesso ao ensino superior garante a mudança de perspectivas para a população negra e pobre desse país. Considerando aqui perspectivas educacionais, profissionais, econômicas, socioculturais, históricas e psicológicas.

A pesquisa do INEP -Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira aponta para essa discussão:

A maioria dos alunos entrevistados percebe o ProUni como medida que democratiza o ensino superior, por oferecê-lo as pessoas que não têm condições financeiras para financiar. (Carvalho).

Oportunizar e promover o acesso ao ensino superior universal é o primeiro passo para a mudança efetiva de uma sociedade. O que não se pode deixar de lado é o acompanhamento e direcionamento dessas ações.

Após quase 11 anos de ações afirmativas em universidades públicas e privadas ainda não temos uma legislação como política pública para fiscalizar e direcionar as ações dessas instituições;

“A inexistência de uma legislação federal sobre o tema e a ausência de uma ação de promoção ou coordenação nacional dessas experiências, seja por parte da Seppir ou do MEC, tem permitido a proliferação de um conjunto bastante diverso de ações afirmativas.” Jaccoud, in THEODORO, 2008)

Exigir da SEPPIR, o acompanhamento sistemático de ações das instituições que implantaram cotas?

Cobrar do MEC, que desenvolva iniciativas de apoio a essas experiências, quer na forma de bolsas de manutenção ou outra forma de apoio que vise à permanência do/a cotista na universidade?

Que o MEC oriente, avalie e financie encontros ou promoção de eventos nessa perspectiva?

A extinção dos vestibulares?

Implantação de cotas em outros setores além da educação universitária, em que se reconheça a ausência de negros e pobres?

São algumas das indagações que devem servir como diretrizes para os próximos passos na construção de um país em condições de igualdade para todos.

Considerando que as argumentações contra o sistema de cotas já foram superadas por parte dos legisladores e se reconhece que,

a diversidade social e cultural da sociedade brasileira não pode ficar ausente do ambiente universitário, responsável não apenas pela difusão, mas, de forma privilegiada no país, pela geração de conhecimento. Jaccoud, in THEODORO, 2008)



Torna-se indispensável políticas que sistematizem essas ações, como articular ao sistema de cotas um conjunto mais amplo de ações que atue em diversos setores da instituição, seguindo o exemplo da UnB que ofereceu a disciplina Pensamento Negro Contemporâneo.

Outro aspecto, a ser repensado sobre a inserção de negros e pobres nas universidades, é a urgente mudança de olhar. Faz-se necessário, hoje, um olhar mais atento de todos os seguimentos, para a diversidade econômica, cultural, histórica e étnica do Brasil.

Gerar conhecimento que contemple a diversidade é um dos muitos desafios que se deve considerar no momento. Desafio este que exige firmeza e tranquilidade, pois negros e pobres convivendo em situação de igualdade, ainda que somente a partir da sua entrada, com ricos no espaço universitário, é provocação para construção de novo conhecimento com perspectivas do oprimido. Para tanto será necessário superar a cilada imposta pelo contexto sócio-econômico da universidade e não perder a identidade de diversidade, nesse espaço.

A diversidade passa a ser um problema no espaço universitário quando se quer ficar invisível, imune a provocações e insultos.

Para que a política seja exigida é necessário não se esquecer de onde saíram os negros e pobres, ainda antes, quais momentos e condições históricas os submeteram a tais circunstâncias sociais no Brasil. A vergonha pela pobreza deve dar lugar para exigência de condições e oportunidades de desenvolvimento pleno.

Os movimentos sociais e entidades da grandeza da Educafro são responsáveis em:

“...recolocar no debate a discussão sobre a educação pública no Brasil, seu papel e a qualidade de seu ensino. E, por fim, tem feito avançar nossa compreensão sobre democracia e sobre a variedade de instrumentos que devem ser mobilizados na construção de maior justiça social.” (Jaccoud, in THEODORO, 2008)

Os desafios mudam à medida que mais negros e pobres tomam posse do seu espaço nas universidades brasileiras, elaboram pesquisas sobre suas realidades e interesses. Manter-se atento e participante é o que se espera dos que utilizam das políticas de inclusão, para que de fato a mudança ocorra antes de entrarmos em uma nova década.

Bibliografia:

- CARVALHO, José Carmello, O PROUNI COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO: ESTUDO DE CAMPO SOBRE AS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS E INTERSUBJETIVAS DA INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA, JUNTO A 400 BOLSISTAS NO BIÊNIO 2005-2006.

-THEODORO, Mário, As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil, IPEA 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Promulgada em 05/10/1988). São Paulo: Atlas, 1992.

BRASIL. Portaria nº 1156 do Ministério da Justiça, de 20 de dezembro de 2001, sobre ações afirmativas. Disponível em: www.mj.gov.br/sedh/Cncd/AAMJ.htm. Acessado em